

**SECRETARIA EXECUTIVA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS  
104ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
COMITÊ MUNICIPAL DE MUDANÇA DO CLIMA E ECOECONOMIA (CMMCE)**

<b>DATA:</b>	27/09/2023
<b>HORÁRIO:</b>	10:00 às 12:00 horas
<b>LOCAL PRESENCIAL:</b>	Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas da Prefeitura de São Paulo - Edifício Matarazzo, Viaduto do Chá, 15 - 8º andar, Centro, São Paulo, SP.
<b>PARTICIPAÇÃO VIRTUAL:</b>	Reunião realizada através da plataforma Microsoft Teams com transmissão simultânea no canal SECLIMA no Youtube ( <a href="https://www.youtube.com/watch?v=Xmh OadIUpk">https://www.youtube.com/watch?v=Xmh OadIUpk</a> ).
<b>PAUTA:</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Informe Portaria de alteração da composição do Comitê;</li><li>2. Aprovação da Ata da 103ª Reunião (em anexo);</li><li>3. Lei da Licitação Sustentável do Município de São Paulo (Lei 17.260/2020): participação da Coordenadoria de Bens e Serviços - COBES, representada pela servidora Cassiana Montesião de Sousa, da Prefeitura de São Paulo.</li></ol>
<b>PRESENTES (presencial):</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>● SECLIMA - SGM: Gilberto Natalini, André Previato, Izabel Klug, Luiza Alegre Caballero e Ludmila Mello de Amorim</li></ul>
<b>PRESENTES (virtual):</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>● Clayton Teixeira – SMUL;</li><li>● Laura Ceneviva – SVMA;</li><li>● Douglas de Paula – SIURB;</li><li>● Maria Amélia – SME;</li><li>● Carlos Henrique – SMT;</li><li>● Ana Lúcia – SMT;</li><li>● Vania Cristiane – SEHAB;</li><li>● Marco Aurélio – SEHAB;</li><li>● Magali Batista – SMS;</li><li>● Mônica Masumi – SMS;</li><li>● Regina Santana – SMJ;</li><li>● Felipe Hideki – SMJ;</li><li>● Ernesto Massayoshi – SMSUB;</li><li>● Carina Beje – SMDDET;</li><li>● Jussara de Lima – SEMIL;</li><li>● Oswaldo Lucon – SEMIL;</li><li>● Reinaldo Sarquez – ABIMAQ;</li><li>● Sueli Moroni – FIESP;</li><li>● Thiago Nogueira – USP;</li><li>● Antonio Cezar – UNESP;</li><li>● Olímpio Álvares – ANTP;</li></ul>

	<ul style="list-style-type: none"><li>● Rosa Ramos – OAB/SP;</li><li>● Eduardo Pizarro – CAU;</li><li>● Teresa Villac – CGU;</li><li>● Cassiana Montesião - COBES.</li></ul>
--	--

A reunião foi iniciada às 10h, pelo Secretário Executivo, Gilberto Natalini, que realizou uma breve apresentação de Teresa Villac e Cassiana Montesião que ficaram encarregadas das apresentações da reunião. Logo após, André Previato realizou a chamada dos membros, abordou sobre a Portaria deste Comitê e então colocou a ata da reunião anterior em pauta para que ela fosse aprovada pelos membros do Comitê.

Cassiana Montesião (COBES) se apresentou e deu início a sua apresentação:

- Citou leis importantes do novo cenário para as contratações públicas: Lei nº 14.133, de abril de 2021, e Decreto nº 62.100, de dezembro de 2022;
- SEGES/COBES está se preparando para liderar esse processo;
- As principais metas e projetos são: [1] implementação dos planos de contratações anuais dos órgãos até dez/2023; [2] Projeto para constituir catálogo de padronização; [3] Critério para contratação de compras sustentáveis (Lei nº 17.260/2020); [4] três encontros de capacitação de pregoeiros até 2024; [5] Novo modelo de gestão de inservíveis até o final de 2023;
- Explanou que Plano de Contratações Anual foi trazido pela nova lei de licitações como um novo instrumento a ser considerado, porém não é estranho, visto que, ao mapear, verificou que todos os estados já elaboravam seus respectivos planos de contratações anuais.  
Ressaltou que o Plano não é obrigatório, porém, ao escolher segui-lo, deve-se atentar às metodologias e regras.  
Por fim, explicou que a COBES será responsável pela coordenação do processo de elaboração que terá seu 1º ciclo em 2024;
- Salientou que critérios e fatores sustentáveis estão sendo encorajados a se colocar em prática, visto que são decretados através das Atas de Registro de Preços.  
Explicou que há dez atas em vigência, com quatro delas já possuindo um indicativo de definição de nível de certificado voltado à sustentabilidade, e mais outras cinco atas em elaboração buscando esses critérios de boas práticas e identificação de certificações mais adequadas;
- Explicou que o Catálogo de Padronização de itens de compras foi feito visando o problema que é a falta de controle e gerenciamento dos itens que são adquiridos, controle esse que só ocorre após a compra.

- Citou a realização do Encontro de Pregoeiros da PMSP com o tema de sustentabilidade: 2º encontro – em 23/11/2022 – com 159 participantes; indicou que ocorrerá o 3º encontro – em 23/11/2023 – com estimativa de 300 participantes;
- A Gestão de Inservíveis na PMSP está em fase de estudos, visando destinar materiais recicláveis às cooperativas pela SMDET e contribuir para a geração de renda e emprego aos cooperados e catadores.  
Explanou que até pouco tempo existia um pátio próprio em que se acumulavam esses materiais até que fossem feitos os leilões. Portanto, o estudo está sendo realizado a fim de encontrar um melhor jeito de destinar esses materiais.

Finalizada a primeira apresentação, Teresa Villac da CGU realizou complementação do tema de contratações sustentáveis, mostrando o trabalho que está sendo realizado pela AGU:

- Ressaltou a importância da governança para fomentar contratações públicas sustentáveis;
- Pontuou, em seguida, que mesmo antes da alteração da lei de licitações, em 2010, a AGU já estava estudando coletivamente, visto que a missão dela é de dar segurança jurídica nas atividades consultivas. Logo, foram constituídos diversos grupos de estudos e uma comissão nacional transversal na instituição acerca de licitações sustentáveis;
- Em 2013 a AGU institucionalizou um núcleo de sustentabilidade dentro da área consultiva;
- Dizer o direito na atividade consultiva é também dizer o direito, com segurança jurídica, para as licitações sustentáveis;
- A Comissão Nacional de Sustentabilidade, que antes era o núcleo de sustentabilidade, se tornou uma Câmara Nacional de Sustentabilidade;
- Apresentou duas abas no site da AGU que disserta sobre tais trabalhos: [1] Sustentabilidade e [2] Modelos de Convênios, Licitações e Contratos;
- Ressaltou a importância da padronização do procedimento de licitações e contratos, e segurança jurídica conectada com a sustentabilidade;
- A aba de modelos de convênios, licitações e contratos possui 5 materiais: [1] Guia Nacional de Contratações Sustentáveis; [2] Cartilha – Como inserir critérios de sustentabilidade nas contratações públicas; [3] Parecer 01/2021/CNS/CGU/AGU; [4] Edital – Coleta Seletiva; [5] Guia de orientação para pagamento direto.
- Pontuou que o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis está em sua 6ª Edição, disponível gratuitamente na internet, separado em duas partes.
- Convidou a todos para o curso da CGU – 26 e 27 de outubro no YouTube;
- Salientou que a licitação sustentável é obrigatória desde antes da Lei 14.133;

- Os desafios da AGU são: [1] Envolver Procuradoria, [2] Envolver controle interno e [3] Vinculação no modelo de governança sustentável.

Assim que foi finalizada a segunda apresentação da reunião, Gilberto Natalini (SECLIMA) abriu para as perguntas e apontamentos pertinentes com os temas apresentados.

Clayton Teixeira (SMUL) disse que ficou animado com o tema abordado, explanou que não tem muito conhecimento sobre contratos sustentáveis e foram duas aulas interessantes. Ficou feliz em ver que a sustentabilidade está alcançando as outras Secretarias e órgãos públicos e como esse trabalho está sendo divulgado.

Laura Ceneviva (SVMA) perguntou se foi examinado o sistema SUPRI para avaliar o que tem de bom e ruim. O segundo questionamento foi se discutiram análise de questões com alguém do SVMA. Terceiro, pediu uma explicação da frase “algumas coisas são natureza da atividade e outras são parâmetros”. Por fim, falou sobre a felicidade de ver a questão contratual se preocupando com a climática, porém destaca a importância de entrar em contato com a SVMA, exemplificando algumas atuações da equipe da SVMA que contribuíram para o tema.

Jussara de Lima (SEMIL) começou elogiando o trabalho de Laura (SVMA). Ficou contente em ver a apresentação feita por Teresa pelo fato de terem trabalhado juntas anteriormente e ver que esse trabalho teve continuidade. Mencionou que é importante usar as compras públicas do Estado e saber o impacto disso nas questões climáticas. Destacou que desde 2009, em São Paulo, a partir da Política Estadual de Mudanças Climáticas (Lei nº 13.798, de novembro de 2009), temos a previsão de que o Poder Público adote medidas para privilegiar padrões sustentáveis de comércio e consumo.

A partir disso, Jussara declarou que existe, em São Paulo, o Conselho de Responsabilidade Socioambiental vigente, Catálogo de Materiais e Serviços que considera alguns padrões de desempenho, especialmente para iluminação e combustíveis de veículos, que foi monitorado durante o período de 2013 e 2017. Ainda informou que irá buscar atualizações dessas informações, para saber o que está sendo feito. Ainda disse que não existem atualmente parâmetros específicos que levem em consideração a redução dos GEE, apenas parâmetros de sustentabilidade. Dessa forma, destacou a importância de rever esses parâmetros. Por fim, disse que o assunto é de extrema importância e está à disposição.

Antônio Cezar (UNESP) perguntou sobre a questão da gestão de inservíveis, quais são esses inservíveis e como vai funcionar o trabalho dos catadores. Mostrou a preocupação da destinação desses resíduos e seu descarte. Sugeriu a troca do termo “lixo”, pois fica uma conotação ruim, para que quem leia a apresentação tenha uma melhor visão sobre.

Gilberto Natalini (SECLIMA) questionou se a frota utilizada na prefeitura é abastecida 100% Etanol.

Cassiana (COBES) disse que vê a discussão no comitê como o início de uma nova parceria. A COBES está aprendendo a atuar dentro das compras públicas, e elas têm uma chance de induzir mudanças. Admitiu que ainda falta uma bagagem de experiência na questão sustentável.

Em resposta à Laura (SVMA), Cassiana (COBES) confirmou que usam o sistema SUPRE por ser a única fonte, o SUPRI, porém avaliam as informações fornecidas e a forma com que as informações são apresentadas no SUPRI. A respeito de avanços e trabalhos, buscam referências já estabelecidas de parâmetros e normas que dão bases para critérios mais sustentáveis para as compras que serão realizadas. Disse que não tem uma governança institucionalizada, com uma participação estruturante e contínua com a SVMA, mas que é desejável para a busca de critérios e de modelos diferentes. Sobre a criação de um catálogo uniformizado para a Prefeitura, Cassiana (COBES) disse que a COBES busca integrar os itens sustentáveis aos demais para que posteriormente se tornem a maioria dentre os outros itens, continuando conectado à lógica do SUPRE.

Cassiana (COBES) agradeceu a indicação de termos mais adequados para a apresentação, feita pelo Antonio (UNESP). Disse que foram feitas reuniões com cooperativas e associações de catadores para entender como eles trabalham ao receber os materiais e como é feito o gerenciamento. Conforme estabelece a regulamentação municipal e federal, tudo o que é inservível é leiloado para dar a destinação final, porém a tentativa é de que os inservíveis sejam destinados às cooperativas, como forma de contribuir para a geração de renda. A maior parte trabalhada são sucatas e leilão de veículos próprios. Por fim, respondendo à pergunta de Natalini (SECLIMA), admitiu não ter muitas informações acerca da frota da prefeitura e prometeu que irá buscar. Entretanto, disse que tem duas atas de registro de preço em elaboração para a locação de veículos não eventuais e eventuais, com foco em veículos híbridos.

Natalini (SECLIMA) agradeceu as informações e pediu que fossem incluídas nas atas informações sobre veículos híbridos, elétricos e os veículos a etanol.

Douglas de Paula (SIURB) demonstrou sua aflição no assunto com relação à como colocar isso em prática, já que a SIURB é responsável pela realização de obras. Pontou questionamentos de como atender a licitação sustentável quando a construção não é eficientemente energética, não tem uma infraestrutura para ventilação, redução de gastos de água, dentre outros aspectos, ainda que seja realizada a destinação correta dos resíduos, por exemplo. Disse que se coloca à disposição para buscar formas de alcançar a sustentabilidade.

Natalini (SECLIMA) disse que a Prefeitura está atenta às questões de economia de água e eficiência energética. Ainda, convidou Douglas (SIURB) e demais interessados para uma conversa sobre o assunto e alternativas para avançar no tema. Por fim, deu uma sugestão de incluir o uso de madeiras certificadas nas obras públicas.

Marco Aurélio (SEHAB) usou a linha de raciocínio de Douglas (SIURB), destacando que a SEHAB também tem responsabilidades em relação à sustentabilidade em obras. Lembrou, por outro lado, que vem ocorrendo uma crescente terceirização de serviços da prefeitura em diversos setores, como as CEIs conveniadas pela Educação, e que assim além de incluir critérios de sustentabilidade para as próprias edificações da prefeitura seria necessário fazê-lo também para essas parceiras/contratadas, incluindo exigências como de reuso de água, geração de energia própria com uso de painéis solares e atendimento a normas de aproveitamento de ventilação e iluminação naturais, para oferecer conforto com maior eficiência energética.

André Previato (SECLIMA) explanou dois itens a serem tratados: proposta da próxima pauta e manifestação daqueles que entraram depois da chamada.

Uma das sugestões para a próxima pauta é a apresentação de pesquisa do Projeto CiAdapta sobre adaptação das cidades brasileiras, que tem como um dos objetivos traçar perfil de vulnerabilidade e riscos de impactos relacionados às mudanças climáticas e determinar quais fatores mais dificultam a cidade de avançar na agenda climática.

Laura (SVMA) disse que gostou do tema sugerido, pois é um esforço que a organização está fazendo de estabelecer um indicador que se for ajustado será útil para todos. Também comentou que a equipe da SVMA deseja obter os relatórios de emissão das empresas de coleta de resíduos sólidos.

André (SECLIMA) respondeu que esses dados estão disponíveis no site da SECLIMA na parte do COMFROTA, mas também será encaminhado para Laura (SVMA).

Jussara (SEMIL) disse que achou a pauta sugerida muito necessária. Explanou o projeto Municípios Paulistas Resilientes, que apresenta um índice de resiliência das cidades de São Paulo e sugeriu uma apresentação em conjunto com o Projeto CiAdapta.

Natalini (SECLIMA) achou válida a sugestão de Jussara (SEMIL) para a próxima pauta. Mostrou a cartilha feita pela SECLIMA para apresentação dos trabalhos feitos pela Secretaria, disse que imprimiu diversas cópias, porém quer focar na divulgação digital da cartilha. Pediu para que os membros ajudassem na divulgação da cartilha e deixou em aberto para possíveis sugestões sobre o conteúdo apresentado.

Através do chat, Carina Beje se manifestou sugerindo a realização de uma palestra ou divulgação online com as Cooperativas de Reciclagem!

O Secretário Gilberto Natalini fez as últimas considerações e encerrou a reunião.

Cassiana Montesião e Teresa Villac agradeceram a oportunidade de apresentação no Comitê.